

# Tribunais móveis vão julgar casos de violência contra criança

Moçim, cidade de Nampula, 30.10.2021, Pág. 07, Ed. n.º 31-44

NAMPULA vai implementar, pela primeira vez, um projecto de tribunais móveis vocacionados para julgar casos relacionado com a violência contra crianças, com destaque para a rapariga, que tendem a aumentar nos últimos tempos neste ponto do país.

Para o efeito, a cidade de Nampula acolheu esta semana um encontro de debate sobre a planificação e estratégia de implementação da iniciativa, que será executada pelo Tribunal Supremo (TS), em parceria com a "World Vision-Moçambique" por um período inicial de três anos.

Numa primeira fase os tribunais vão se movimentar para três distritos da província, nomeadamente Murrupula, Nacarôa e Monapo, onde a World Vision Moçambique encontra-se a desenvolver projectos sociais e que o índice de casos justifica.

Na óptica das duas instituições mentoras da iniciativa, apesar dos progressos assinaláveis registados pelo sistema nacional de protecção da criança no país, principalmente no fortalecimento do quadro político e

jurídico-legal favorável, o acesso à justiça por parte da criança vítima de violência não tem sido efectivo, pelo facto de várias instituições da administração da justiça depararem, alegadamente, com diversos desafios.

O director da World Vision-Moçambique, Wagner Herman, disse que a violência da criança não é apenas um desafio de Nampula, mas sim de todo o país pois, infelizmente, as uniões prematuras, o abuso sexual e maus-tratos a que as raparigas e rapazes são sujeitos assistem-se em todo o país.

Adiantou que com a implementação dos tribunais móveis não poderão ser adiados julgamentos, por ausência das partes, testemunhas ou declarantes, por falta de condições financeiras para garantir despesas de deslocação e outras questões logísticas.

"Os tribunais móveis terão uma palavra a dizer, como um instrumento destinado a fortalecer a actuação dos órgãos da administração da justiça. No entanto, para que isso aconteça é necessário que seja garantida a

sua sustentabilidade, incluindo a participação comunitária na busca de soluções", observou.

O secretário-geral do Tribunal Supremo, Jeremias Manjate, espera que depois de uma discussão aberta e franca sobre o melhor modelo de operacionalização, coordenação, monitoria e avaliação de todo o processo se alcancem os objectos por todos almejados.

Aliás, exortou aos intervenientes para se esforçarem para fazer a diferença positiva na planificação e operacionalização do projecto, o que certamente vai conduzir para o êxito deste e contribuir, e consequentemente, para uma justiça eficaz e mais próxima do cidadão.

Por seu turno, o secretário de Estado na província de Nampula, Mety Gôndola, que procedeu à abertura do encontro, apelou para que as mais diversas estruturas que têm papel relevante no processo reafirmem o seu compromisso bem como darem a conhecer a sua disponibilidade para tudo fazerem de modo que a iniciativa seja coroada de êxitos.